

| | |
|---------------------------|---|
| Título do capítulo | CAPÍTULO 10 A EFICIÊNCIA DO ESTADO |
| Autores (as) | Antônio Afonso |
| DOI | |
| Título do livro | ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO FISCAL |
| Organizador (es) | Rogério Boueri Maurício Saboya |
| Volume | |
| Série | |
| Cidade | |
| Editora | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) |
| Ano | 2007 |
| Edição | 1ª |
| ISBN | |
| DOI | |

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2007

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://repositorio.ipea.gov.br>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A EFICIÊNCIA DO ESTADO

Antônio Afonso*

Tal como é referido por Feldstein (2002), uma das principais alterações na literatura das finanças públicas das últimas três décadas é a inclusão das despesas públicas ao lado do estudo dos impostos como um dos tópicos privilegiados de investigação. Por outro lado, a simples utilização de medidas para a dimensão do Estado, como, por exemplo, o peso das despesas públicas no PIB, não fornece muita informação sobre a qualidade dos resultados que aquelas despesas proporcionam. A questão relevante não é tanto a dimensão da despesa efetuada, mas sim os resultados obtidos com essa despesa.

A despesa pública é considerada em termos genéricos como um fator importante para a promoção do crescimento económico e do bem-estar social. Por exemplo, um nível reduzido de despesa pública significa que serão necessárias menos receitas públicas, o que representa também menos impostos e uma maior contribuição para estimular o crescimento e o emprego.

Por exemplo, Lucas (1988) argumenta que o investimento público na educação aumenta o nível de capital humano e que isso pode ser visto como a principal fonte do crescimento económico a longo prazo. Por seu lado, Barro (1990) defende a importância das despesas públicas em infra-estruturas para o crescimento económico, enquanto Romer (1990) chama a atenção para a relevância das despesas em investigação e desenvolvimento. Ou seja, a composição da despesa pública é também um aspecto relevante, sendo importante que os decisores económicos canalizem os recursos públicos para as rubricas de despesas mais produtivas.

Por outro lado, a despesa pública é igualmente uma variável chave no que diz respeito à sustentabilidade das finanças públicas. Nesse sentido, um controlo rigoroso e eventuais reduções da despesa pública, quando possível, são importantes para estabelecer o equilíbrio adequado entre um menor endividamento público, menos impostos e o financiamento do investimento

*Departamento de Economia e UECE – Unidade de Estudos sobre Complexidade e Economia, Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa, R. Miguel Lupi 20, 1249-078 Lisboa, Portugal. E-mail: aafonso@iseg.utl.pt.

público em áreas-chave da economia. Dessa forma, e em termos genéricos, seria pertinente redirecionar a despesa pública no sentido de aumentar a acumulação de capital – físico e humano – e ainda apoiar a investigação, o desenvolvimento e a inovação.

A organização deste trabalho é a seguinte: na seção dois é referida a metodologia mais usual para a análise da eficiência da despesa pública do Estado. A seção três apresenta alguma da evidência existente sobre comparações internacionais ao nível do desempenho e da eficiência do Estado em termos globais, quer para a OCDE, quer para economias emergentes. Na seção quatro uma revisão idêntica é feita para a eficiência nos setores da educação e da saúde na OCDE. A seção cinco conclui o trabalho.

1 COMO AVALIAR A EFICIÊNCIA DA DESPESA PÚBLICA

No sentido de avaliar a eficiência da despesa pública, a maioria dos estudos recorre aos chamados métodos não paramétricos, onde um conjunto de *inputs* (quer físicos, quer monetários) e de *outputs* é usado para a construção de uma fronteira de possibilidades de produção. Esse tipo de análise de eficiência permite, por exemplo, determinar qual o nível de desempenho que determinado montante de despesa pública deveria alcançar num dado país, por comparação com outros países. Dito de outra forma, verificar qual poderia ser a redução possível em termos de custos, sem redução do nível de desempenho, caso esses recursos fossem utilizados de forma mais eficiente.

Essa estratégia de análise relativa de eficiência, inspirada na avaliação da eficiência das unidades empresariais é naturalmente passível de ser aplicada a várias entidades e/ou subsectores da administração pública. Por exemplo: pode-se efetuar uma análise da eficiência relativa do ensino secundário entre vários países, ou então avaliar a eficiência relativa de um conjunto de escolas secundárias num determinado país.

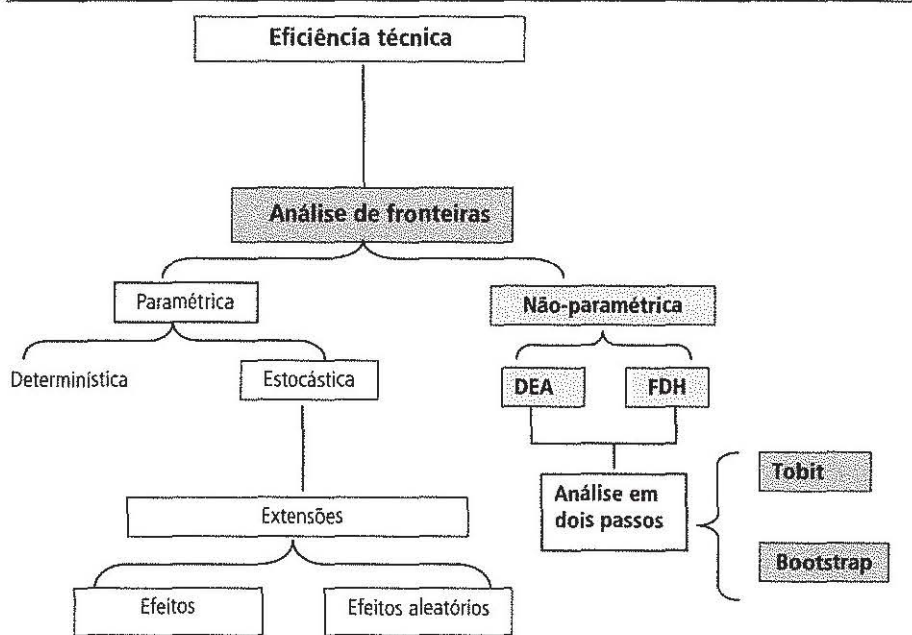
Alguns dos métodos usados com mais frequência na análise da eficiência do setor público têm sido o *Free Disposable Hull (FDH)* e o *Data Envelopment Analysis (DEA)*.¹ A terminologia *envelopment* resulta do fato de a fronteira eficiente assumir a forma de um *envelope* que abarca todas as observações – vejam-se os exemplos das figuras 2 e 4. Trata-se, pois, de usar métodos não-paramétricos, os quais não requerem o uso de estimações econométricas de coeficientes e se baseiam na resolução de problemas de programação matemática.

1. Referências possíveis sobre essas metodologias são, por exemplo, Thanassoulis (2001) e Coelli, Rao e Battese (2002).

Por outro lado, após a determinação dos graus de eficiência/ineficiência, a literatura procura também tentar explicar as razões da existência de ineficiência recorrendo a uma análise em dois passos. No segundo momento da análise, conduzida por meio do uso de modelos Tobit ou no uso de técnicas de *bootstrap*, variáveis não-discricionárias ou exógenas são habitualmente usadas para explicar em parte o grau de ineficiência detectado no primeiro passo.²

Para além dos métodos não-paramétricos outras abordagens são igualmente possíveis, nomeadamente métodos paramétricos, determinísticos ou estocásticos. Normalmente, e na ausência de preços de mercado para os *outputs* dos bens ou serviços públicos, o que se calcula na prática é a chamada eficiência técnica. Um resumo de algumas dessas metodologias é apresentado na figura 1.

FIGURA 1
Análise de eficiência: metodologias



Elaboração do autor.

A eficiência técnica é uma das duas componentes da eficiência econômica, também denominada eficiência-X. A segunda componente é a eficiência alocativa e ambas são conciliadas da seguinte forma: eficiência econômica =

2. O leitor interessado sobre esses métodos pode consultar, por exemplo, Simar e Wilson (2007) para mais detalhes técnicos.

eficiência técnica x eficiência alocativa. A unidade de decisão (país, autarquia, escola, setor, empresa etc.) é tecnicamente eficiente se for capaz de obter o máximo *output* com base num determinado conjunto de *inputs* (orientação de *output*) ou se for capaz de minimizar os *inputs* usados na produção do mesmo nível de *output* (orientação de *input*). Por outro lado, a eficiência alocativa reflete a capacidade da unidade de decisão na utilização dos vários *inputs* em proporções ótimas.

O seguinte exemplo permite ilustrar de forma simples a construção e utilização de uma fronteira de possibilidades de produção, ou fronteira eficiente, usando o método não-paramétrico FDH. Suponha-se que se observam em três países os seguintes valores para um indicador de desempenho no setor público, *output*, bem como os respectivos níveis de despesa pública, *input*:

QUADRO 1
Desempenho e despesa pública nos países A, B e C

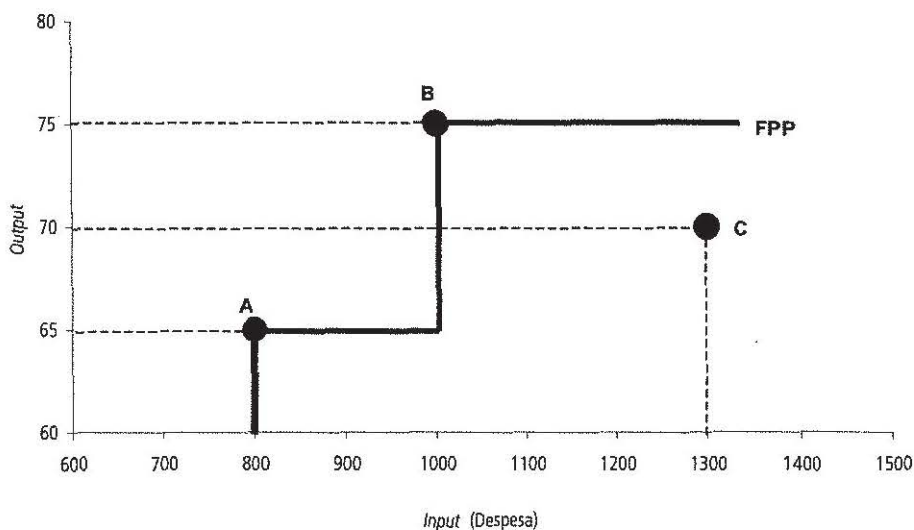
| País | Índice de desempenho | Despesa pública (mil euros) |
|------|----------------------|-----------------------------|
| A | 65 | 800 |
| B | 75 | 1.000 |
| C | 70 | 1.300 |

Elaboração do autor.

A despesa pública e o nível de desempenho são os menores no país A. O país C tem o valor mais elevado de despesa, mas é o país B que consegue obter o maior valor em termos de desempenho. O referido exemplo permite construir a fronteira de possibilidades de produção (ou fronteira eficiente) representada na figura 2.

O país C pode ser considerado ineficiente, dado que tem um desempenho inferior ao do país B, o qual obtém um maior desempenho com um menor nível de despesa. Por outro lado, nem o país A nem o país B podem ser considerados ineficientes segundo aquele critério. Os países A e B estão supostamente localizados na fronteira de possibilidades de produção.

FIGURA 2
Fronteira de Possibilidades de Produção (FPP)



Elaboração do autor.

Obs.: *Input*: despesa em milhares de euros.

Output: índice de desempenho.

A ineficiência do país C pode ser medida de duas formas alternativas:

- Por meio da distância vertical entre o ponto C e a fronteira eficiente, avalia-se a diferença entre o nível de *output* que poderia ser obtido caso toda a despesa fosse efetuada de forma eficiente e o nível efetivo de *output*. No exemplo corrente, a perda em termos de eficiência é de cinco unidades, ou seja, em condições de eficiência o país C deveria obter, pelo menos, o mesmo nível de desempenho do país B. Ou seja, a perda em termos de eficiência no país C é de cerca de 6,7% ($=5/75$). Trata-se aqui de avaliar a eficiência em termos do *output*.
- Por meio da distância horizontal entre o ponto C e a fronteira eficiente. Neste caso, avalia-se a diferença entre o nível de *input* que deveria ser necessário e o efetivamente utilizado, sendo o desperdício em termos de despesa de 300 mil euros. Ou seja, a perda em termos de eficiência no país C é de cerca de 23,1% ($=300/1300$) da despesa efetuada. Para alcançar um nível de desempenho de 70, não deveria ser preciso gastar mais do que 1 milhão de euros, tal como se pode ver pelo caso do país B. Trata-se, neste caso, de avaliar a eficiência em termos do *input*.

Note-se que se em vez de se usar o método FDH, tal como na figura 2, o qual não impõe uma restrição de convexidade, se utilizasse o método DEA, então a fronteira eficiente ligaria em linha reta os pontos A e B, o que implicaria que o grau de ineficiência do país C seria ainda maior em termos de *input*. Com efeito, o método DEA é mais exigente que o método FDH – um país que é eficiente numa análise FDH nem sempre é eficiente numa análise DEA, mas um país que é eficiente numa análise DEA também será eficiente com a abordagem FDH. Em termos mais genéricos, os coeficientes de eficiência de *input* e de *output* no FDH serão menores ou iguais aos coeficientes do DEA.

2 EFICIÊNCIA RELATIVA DO ESTADO

Habitualmente os estudos empíricos sobre eficiência consideram as medidas financeiras como as variáveis mais relevantes. Com efeito, pode-se assumir que a despesa pública em percentagem do PIB pode refletir os custos de oportunidade para alcançar um determinado nível de desempenho do setor público. Assim sendo, é possível observar que na OCDE a taxa despesa pública-PIB diminuiu de forma moderada desde o pico de 1993, mantendo-se algo acima de 40% em 2002. Todavia, a taxa da despesa pública varia de forma considerável entre países-membros da OCDE. Por exemplo, a despesa pública média em 1990 variava entre cerca de 35% do PIB nos EUA e 64% na Suécia. Tais diferenças estão essencialmente relacionadas com a maior ou menor extensão dos programas de previdência do Estado em cada país, sendo que diferenças relevantes se verificam igualmente em termos da despesa pública afeta à educação e à saúde nos vários países.³

Como se viu anteriormente, é importante saber em que medida as despesas públicas são feitas de forma eficiente. Nesse sentido, é preciso tentar medir de forma adequada a eficiência do Estado, particularmente no que diz respeito ao fornecimento de bens e serviços públicos. Trata-se de uma questão difícil de abordar uma vez que os trabalhos sobre o desempenho e eficiência do setor público não abundam, particularmente quando se pretende efetuar comparações internacionais.⁴

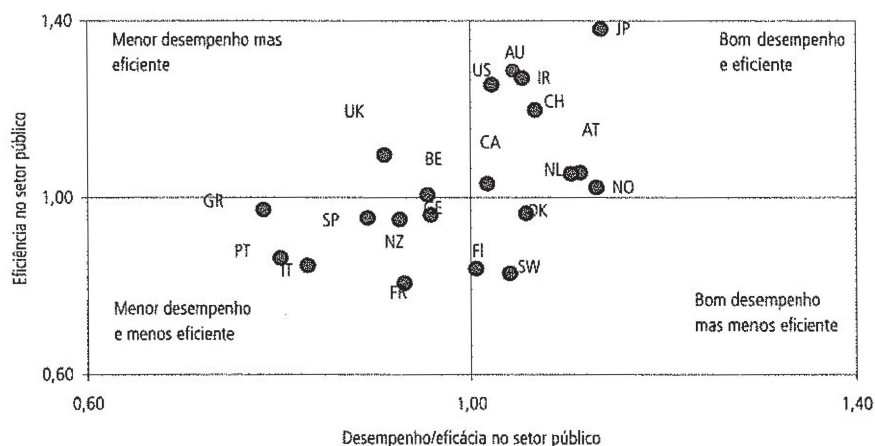
3. Veja-se, por exemplo, EC (2002) e OECD (2003).

4. Alguns exemplos recentes de avaliação da eficiência da despesa pública podem ser referidos: Clements (2002), educação na Europa; Gupta e Verhoeven (2001), educação e saúde em África; Afonso, Schuknecht e Tanzi (2005, 2006), desempenho e eficiência da despesa pública na OCDE e nos novos Estados-membros da UE; Afonso e St. Aubyn (2005, 2006), saúde e educação na OCDE; Afonso e Santos (2005), ensino superior em Portugal; Afonso e Scaglioni (2005), regiões em Itália; Afonso e Fernandes (2006), despesas dos municípios da região de Lisboa; Boueri e Gaparini (2006), despesas dos municípios no Brasil; Afonso e St. Aubyn (2006a, b), respectivamente para a educação e saúde na OCDE controlando a existência de fatores exógenos.

Mesmo admitindo a possibilidade de que em alguns casos os custos de fornecer bens e serviços públicos possam subir mais do que no setor privado, o aumento da despesa pública não pode deixar de ser visto como preocupante em vários países. Nesse contexto, a existência de indicadores de desempenho do setor público, que permitam estabelecer comparações internacionais, afigura-se como muito útil. Tais indicadores podem ser usados para determinar a eficiência relativa de cada país ou setor de atividade do Estado.

No sentido de obter um indicador composto para avaliar o desempenho das administrações públicas, Afonso, Schuknecht e Tanzi (2005) usaram vários subindicadores de desempenho do setor público que tomam em consideração, por exemplo, desempenhos ao nível da área administrativa, da educação, da saúde e das infra-estruturas públicas. A utilização de um conjunto alargado de indicadores permite também utilizar informação sobre as funções do Estado enunciadas por Musgrave: estabilização macroeconômica, redistribuição do rendimento e afetação eficiente dos recursos. Nesse sentido, é possível obter indicadores de desempenho compilados a partir de vários índices. Por exemplo, na construção do índice de desempenho do setor público na área administrativa, Afonso, Schuknecht e Tanzi (2005) atribuem um peso de 25% a cada sub-indicador relacionado com burocracia, eficiência do sistema judiciário, corrupção e dimensão da economia subterrânea.

FIGURA 3
Desempenho e eficiência (2000)



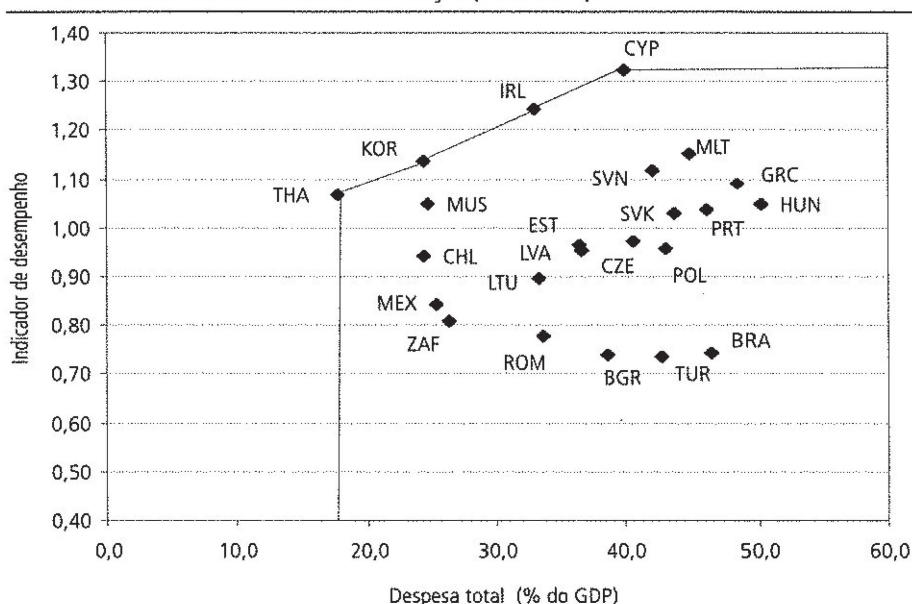
Fonte: Adaptado de Afonso, Schuknecht e Tanzi (2005).

Obs.: AU – Austrália; AT – Áustria; GR – Grécia; GE – Alemanha; NZ – Nova Zelândia; SP – Espanha; IT – Itália; PT – Portugal; FR – França; FI – Finlândia; SW – Suécia; DK – Dinamarca; BE – Bélgica; UK – Reino Unido; CA – Canadá; NL – Holanda; NO – Noruega; CH – Suíça; IR – Irlanda; JP – Japão; US – Estados Unidos da América.

A figura 3 mostra o posicionamento dos países da OCDE em termos do binômio desempenho-eficiência do Estado em 2000.⁵ É interessante observar a existência de países com um bom nível de desempenho (nos dois quadrantes do lado direito), quer com baixo (Finlândia, Suécia e Dinamarca), quer com alto (Áustria, Japão, Irlanda e EUA) nível de eficiência. Em termos globais, é possível concluir que níveis semelhantes de *outputs* do setor público, e acima da média, podem ser alcançados com diferentes níveis de recursos afetados à despesa pública. Na prática, tais decisões de política econômica têm que ser vistas como sendo específicas para cada país.

Com base em uma metodologia semelhante, Afonso *et al.* (2006) avaliam igualmente a eficiência da despesa do Estado para um conjunto de economias emergentes e para os novos Estados-membros da União Européia. A fronteira eficiente resultante do uso de um *input* (despesa pública) e um *output* (indicador composto de desempenho) é apresentada na figura 4.

FIGURA 4
Fronteira de Possibilidades de Produção (2001-2003)



Fonte: Afonso, Schuknecht e Tanzi (2006).

Obs.: BGR – Bulgária; BRA – Brasil; CHL – Chile; CYP – Chipre; CZE – República Checa; EST – Estônia; GRC – Grécia; HUN – Hungria; IRL – Irlanda; KOR – Coreia; LTU – Lituânia; LVA – Letônia; MEX – México; MLT – Malta; MUS – Maurícia; POL – Polônia; PRT – Portugal; ROM – Romênia; SVK – Eslováquia; SVN – Eslovênia; THA – Tailândia; TUR – Turquia; ZAF – África do Sul.

5. Os dados mais detalhados são apresentados no apêndice.

Para o caso dos novos Estados-membros da União Européia, nota-se um comportamento diverso, estando alguns desses países bastante distantes da fronteira eficiente. Quatro países, alguns dos quais obtiveram na amostra em causa o maior índice composto de desempenho, estão localizados ou na fronteira eficiente ou muito perto dela: Tailândia, Coréia, Irlanda e Chipre. O Brasil, a Bulgária, a Turquia e a Romênia encontram-se mais afastados da fronteira, indicando que existe uma razoável margem de manobra para melhorar o fornecimento eficiente de bens e serviços públicos nesses casos.⁶

3 EFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO E NA SAÚDE

As despesas efetuadas nos setores da educação e da saúde são os programas de despesa que em princípio mais contribuem para melhorar a redistribuição de recursos e procuram responder à questão do fornecimento de bens e serviços no sentido de corrigir algumas das insuficiências dos mecanismos de mercado. Por outro lado, a despesa em educação, quer pública, quer privada, é normalmente considerada uma das fontes do crescimento econômico de longo prazo.

Por exemplo, Afonso e St. Aubyn (2005) avaliam a eficiência da educação no ensino secundário para os países da OCDE em 2003, usando medidas quantitativas e financeiras (despesa pública em educação no nível do ensino secundário) como *inputs*. Como indicador de desempenho do ensino secundário é usado um índice calculado pela OCDE (o indicador Pisa), sendo os indicadores de *input* os seguintes: número de horas por ano passado na escola pelos alunos e número de professores por alunos. Os resultados da análise de eficiência da educação no ensino secundário são parcialmente reproduzidos no quadro 2.⁷

No quadro 2, os países com um índice de eficiência de um (o valor máximo) estão posicionados na fronteira de possibilidades de produção. Isso quer dizer que, para a amostra de países em causa, nenhum outro país consegue obter um desempenho mais elevado usando o mesmo ou um menor nível de recursos. Por outras palavras, o índice de eficiência dos *inputs* de um país indica neste caso quanto menos *inputs* o país poderia usar para obter o mesmo nível

6. Ver apêndice.

7. De acordo com os autores, a despesa em educação ao nível do ensino secundário é essencialmente pública, principalmente na Europa (em 2000, 92,4% da despesa total em educação na União Européia era pública). A despesa pública em saúde é habitualmente mais da metade da despesa total, sendo em média cerca de 72,2% do total na OCDE em 2000.

de *output*. Por exemplo, em média, esta amostra de países da OCDE poderia alcançar o mesmo nível de *output* em termos de ensino secundário com uma redução de recursos de 11,4% (1-0,886).⁸

QUADRO 2
Eficiência na educação – ensino secundário (2003)

| País | Eficiência dos <i>inputs</i> | Ordem | País mais eficiente |
|-----------------|------------------------------|-------|---------------------|
| Alemanha | 0,961 | 5 | Coreia |
| Austrália | 0,850 | 12 | Coreia |
| Bélgica | 0,689 | 17 | Suécia |
| Coreia | 1 | 1 | |
| Dinamarca | 0,912 | 9 | Suécia |
| Espanha | 0,876 | 11 | Suécia |
| Finlândia | 1 | 1 | |
| França | 0,832 | 13 | Coreia |
| Grécia | 0,758 | 15 | Suécia |
| Hungria | 0,801 | 14 | Suécia |
| Itália | 0,730 | 16 | Suécia |
| Japão | 1 | 1 | |
| Nova Zelândia | 0,914 | 8 | Coreia |
| Portugal | 0,879 | 10 | Suécia |
| Reino Unido | 0,922 | 7 | Coreia |
| República Checa | 0,931 | 6 | Suécia |
| Suécia | 1 | 1 | |
| Média | 0,886 | | |

Fonte: Afonso e St. Aubyn (2005).

Obs.: Análise FDH: *inputs* (horas por ano na escola, professores por 100 alunos), *output* (indicador Pisa da OCDE para o desempenho dos alunos do secundário). Assumindo rendimentos variáveis à escala.

Ainda de acordo com os resultados apresentados pelos autores, por exemplo, a Hungria é menos eficiente do que a Suécia, uma vez que este país apresenta um menor número de horas passadas na escola pelos alunos e uma taxa estudante-professor mais elevada. Por outro lado, a Suécia tem um melhor desempenho em termos de *output* no indicador Pisa da OCDE sobre a qualidade dos resultados no ensino secundário.⁹

8. Estes cálculos podem ser vistos como uma aproximação do custo potencial direto decorrente da ineficiência no fornecimento de serviços públicos. Todavia, os custos indiretos, que implicam uma maior perda em termos do bem-estar do consumidor, também deveriam ser tidos em conta. Afonso e Gaspar (2006) debruçam-se sobre esta questão.

9. Nota-se que estes resultados são diferentes, como referem os autores, caso se use como *input* diretamente uma medida monetária de despesa pública, como seja, por exemplo, a despesa pública por estudante no ensino secundário. Com efeito, é preciso ter em consideração que os salários são naturalmente mais elevados nos países mais desenvolvidos.

Afonso e St. Aubyn (2006b) analisam também a eficiência no fornecimento de serviços públicos de saúde para o conjunto de países da OCDE, usando nomeadamente *inputs* quantitativos: número de médicos, enfermeiras, camas de hospital e equipamentos clínicos. Como medidas do desempenho para cada país são utilizadas a mortalidade infantil, a esperança de vida e o número de anos de vida não perdido. O quadro 3 apresenta um resumo parcial de alguns dos resultados obtidos.

QUADRO 3
Eficiência na saúde (2003)

| País | Eficiência dos <i>inputs</i> | Ordem | País mais eficiente |
|-----------------|------------------------------|-------|-----------------------------------|
| Alemanha | 0,780 | 14 | Suécia, Japão |
| Austrália | 0,908 | 10 | Canadá, Suécia, Coreia, Finlândia |
| Áustria | 0,767 | 15 | Suécia, Japão |
| Canadá | 1 | 1 | |
| Coreia | 1 | 1 | |
| Dinamarca | 0,731 | 16 | Coreia, Japão, Suécia, Finlândia |
| Eslováquia | 0,375 | 20 | Coreia, Suécia, Japão |
| Espanha | 1 | 1 | |
| EUA | 1 | 1 | |
| Finlândia | 1 | 1 | |
| França | 0,904 | 11 | Suécia, Espanha |
| Hungria | 0,228 | 21 | Coreia, Suécia, Japão |
| Itália | 0,875 | 12 | Suécia, Japão |
| Japão | 1 | 1 | |
| Luxemburgo | 0,729 | 17 | Coreia, Suécia, Japão |
| Polónia | 0,533 | 19 | Espanha, Coreia |
| Portugal | 0,923 | 9 | Espanha, Coreia |
| Reino Unido | 0,935 | 8 | Canadá, Suécia, Coreia, Finlândia |
| República Checa | 0,628 | 18 | Suécia, Japão |
| Suécia | 1 | 1 | |
| Suíça | 0,858 | 13 | Suécia, Japão |
| Média | 0,711 | | |

Fonte: Afonso e St. Aubyn (2006b).

Obs.: Análise DEA: *inputs* (médicos, enfermeiras, camas, equipamento médico); *outputs* (mortalidade infantil, esperança de vida e número de anos de vida não perdido). Assumindo rendimentos variáveis à escala.

Para esta amostra de países da OCDE, e de acordo com os resultados apresentados no quadro 3, ganhos de eficiência seriam possíveis em média, uma vez que os países poderiam obter o mesmo nível de desempenho em termos de resultados no setor da saúde com 28,9% menos recursos (1-0,711).

Sete países estão localizados na fronteira eficiente: Canadá, Coreia, Espanha, EUA, Finlândia, Japão e Suécia. O Canadá, a Finlândia, o Japão, a Espanha e a Suécia estão na fronteira eficiente, pois têm um bom desempenho em termos do indicador composto de *output*, com resultados acima da média. Por outro lado,

a Coréia e os EUA estão normalmente abaixo da média em termos dos recursos utilizados. Um outro conjunto de países está localizado no lado oposto – Hungria, Eslováquia e Polônia. A abordagem DEA indica que o *output* desses países poderia aumentar de forma significativa se eles se encontrassem localizados na fronteira eficiente.

4 CONCLUSÃO

A avaliação adequada da eficiência do setor público e dos serviços fornecidos pelo Estado é um assunto nem sempre fácil de tratar empiricamente. Por outro lado, é também escasso o número de trabalhos empíricos que levam a cabo comparações internacionais em termos agregados. Ainda assim, a maioria dos trabalhos parece concluir que o nível de despesa pública poderá ser mais reduzido e mais eficiente. Adicionalmente, é sempre preciso ter em consideração as opções de política econômica tomadas pelos decisores políticos, algo que é difícil de incluir em qualquer análise quantitativa.

Tendo em conta os resultados existentes na literatura, países com uma menor dimensão do setor público parecem ter um grau de eficiência acima da média. Todavia, na interpretação dos resultados deve-se ter em consideração que a correta medição pode ter um papel importante quando se fazem comparações entre países. Outro aspecto que requer algum cuidado nestes tipos de comparações é, por exemplo, o fato de que os países diferem em termos do peso da despesa pública e privada na despesa total, por exemplo, em setores como a educação e a saúde. Uma possível fonte de ineficiência pode resultar da interação entre aqueles dois tipos de financiamento da despesa.

Seja como for, e embora pese a avaliação da qualidade e eficiência da despesa pública, é preciso algum cuidado na leitura dos resultados dos estudos empíricos. Com efeito, mais importante do que identificar diferenças relativas na eficiência de setores específicos entre países, o maior desafio é como atuar no sentido de reduzir tais diferenças. Esta questão é particularmente relevante para os países com elevados déficits públicos, uma vez que o reequilíbrio orçamental passa necessariamente pela contenção da despesa pública.

Nesse sentido, os decisores podem avaliar o que de diferente se faz em outros países, com um grau de eficiência maior, e ver até que ponto alterações de política econômica são possíveis e/ou desejáveis internamente, a fim de melhorar a eficiência da respectiva despesa pública, quer total, quer em termos setoriais. Ou seja, a avaliação da qualidade de cada euro gasto pelo Estado parece claramente uma questão cada vez mais pertinente e atual.

APÊNDICE

QUADRO A1
Índices de eficiência do setor público (2000)

| País | Eficiência dos <i>inputs</i> | Ordem | Eficiência dos <i>outputs</i> | Ordem |
|---------------|------------------------------|-------|-------------------------------|-------|
| Alemanha | 0,72 | 16 | 0,79 | 17 |
| Austrália | 0,99 | 4 | 0,92 | 7 |
| Áustria | 0,67 | 17 | 0,92 | 8 |
| Bélgica | 0,66 | 19 | 0,79 | 18 |
| Canadá | 0,75 | 12 | 0,84 | 13 |
| Dinamarca | 0,62 | 21 | 0,87 | 11 |
| Espanha | 0,8 | 10 | 0,78 | 19 |
| EUA | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Finlândia | 0,61 | 22 | 0,83 | 14 |
| França | 0,64 | 20 | 0,77 | 20 |
| Grécia | 0,73 | 14 | 0,65 | 23 |
| Holanda | 0,72 | 15 | 0,91 | 9 |
| Irlanda | 0,96 | 5 | 0,93 | 6 |
| Islândia | 0,87 | 7 | 0,9 | 10 |
| Itália | 0,66 | 18 | 0,68 | 22 |
| Japão | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Luxemburgo | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Noruega | 0,73 | 13 | 0,93 | 5 |
| Nova Zelândia | 0,83 | 9 | 0,81 | 15 |
| Portugal | 0,79 | 11 | 0,7 | 21 |
| Reino Unido | 0,84 | 8 | 0,8 | 16 |
| Suécia | 0,57 | 23 | 0,86 | 12 |
| Suíça | 0,95 | 6 | 0,94 | 4 |
| Média | 0,79 | | 0,85 | |

Fonte: Afonso, Schuknecht e Tanzi (2005). FDH, assumindo rendimentos variáveis à escala.

QUADRO A2
Índices de eficiência do setor público (2001-2003)

| Pais | Eficiência dos <i>inputs</i> | Ordem | Eficiência dos <i>outputs</i> | Ordem |
|-----------------|------------------------------|-------|-------------------------------|-------|
| África do Sul | 0,68 | 8 | 0,69 | 19 |
| Brasil | 0,38 | 22 | 0,56 | 22 |
| Bulgária | 0,46 | 15 | 0,56 | 21 |
| Chile | 0,73 | 5 | 0,82 | 8 |
| Chipre | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Coréia | 0,98 | 4 | 0,99 | 4 |
| Eslováquia | 0,41 | 20 | 0,78 | 12 |
| Eslovênia | 0,53 | 12 | 0,84 | 7 |
| Estônia | 0,49 | 13 | 0,75 | 13 |
| Grécia | 0,41 | 19 | 0,82 | 9 |
| Hungria | 0,36 | 23 | 0,79 | 10 |
| Irlanda | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Látvia | 0,49 | 14 | 0,74 | 14 |
| Lituânia | 0,54 | 10 | 0,72 | 18 |
| Malta | 0,56 | 9 | 0,87 | 6 |
| Maurícia | 0,72 | 6 | 0,91 | 5 |
| México | 0,70 | 7 | 0,73 | 16 |
| Polônia | 0,41 | 18 | 0,72 | 17 |
| Portugal | 0,39 | 21 | 0,78 | 11 |
| República Checa | 0,44 | 16 | 0,74 | 15 |
| Romênia | 0,53 | 11 | 0,62 | 20 |
| Tailândia | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Turquia | 0,42 | 17 | 0,56 | 23 |
| Média | 0,59 | | 0,78 | |

Fonte: Afonso, Schuknecht e Tanzi (2006). DEA, assumindo rendimentos variáveis à escala.